

NEM UM
A MENOS

PROTAGONISMO
FEMININO

ARTIGOS

INVENTÁRIO Nº 8

COMISSÃO DE MU LHE RES



MÁRCIA LOPES
MINISTRA DAS MULHERES

Entrevista exclusiva
sobre o voto feminino
e a violência política



SETEMBRO/2026



♦♦— in memoriam —♦♦

**JANE
PIMENTEL**

Comissão de Mulheres do Sindireceita (2025-2028)

Coordenadora-Geral

Lucia Helena de Andrade - DS Brasília/DF
(organizadora)

Coordenadora-Adjunta

Katia Rosana Nobre Silva - DS São Paulo/SP

Coordenadora-Adjunta

Sandra Aparecida de Souza Pereira - DS Brasília/DF

Coordenadora-Administrativa

Priscila Maria Borges de Rezende - DS Vitória/ES
(revisora)

Integrantes

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares - DS Brasília/DF
Fernanda Franklin da Silva - DS Sorocaba/SP
Ivaniza Leão Santana Silva da Costa - DS Foz de Iguaçu/PR
Karla Costa Fantacini - DS Ribeirão Preto/SP (fotógrafa e diagramadora)
Maria Elena Miranda - DS São Paulo/SP
Marlene Ribeiro Mafra Cruz - DS São Luís/MA
Odete Apolinário de Souza - DS São José dos Campos/SP
Regina Célia Kreusch Razzolini - DS Curitiba/PR
Tânia Maria Fonseca da Silva - DS Natal/RN
Vânia Maria de Oliveira e Silva - DS Manaus/AM (revisora)



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

Comissão de Mulheres do Sindireceita, Inventário N° 8, 2026.

O conteúdo integral desta edição está disponível no site oficial do Sindireceita: www.sindireceita.org.br, em formato PDF acessível, com opção de download para leitura offline, distribuição gratuita.

Obra registrada e protegida por direito autoral na Câmara Brasileira do Livro. As imagens de Márcia Helena Carvalho Lopes foram cedidas pela Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério das Mulheres.

A reprodução total ou parcial é autorizada, desde que citada a fonte e mantida a integridade do conteúdo.

setembro de 2026



Comissão de Mulheres

Coordenadora-Geral

2025-2028



Lucia Helena de Andrade

A Revista da Comissão de Mulheres do Sindireceita tem a honra de publicar, nesta edição, entrevista exclusiva com a Ministra de Estado das Mulheres, Márcia Helena Carvalho Lopes.

Em um momento em que o debate sobre a participação feminina na política e o enfrentamento à violência política de gênero ganha centralidade no país, a ministra responde perguntas que atravessam temas fundamentais para a democracia brasileira: o valor do voto como instrumento de cidadania, a conquista histórica do voto feminino e os riscos de seu retrocesso, os obstáculos que ainda dificultam a presença das mulheres nos espaços de poder, a importância do Protocolo de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres e destaca as ações e programas em curso no Ministério das Mulheres.

Também trazemos artigos das Analistas-Tributárias Ana Claudia Calomeni e Vânia Maria de Oliveira e Silva, artigos com foco na importância da mulher no cenário político e na manutenção de conquistas históricas.

Fechando nossa revista, rendemos merecida homenagem a colega Jane Pimentel, da Delegacia Sindical de Porto Alegre, que nos deixou recentemente; mas, cujo legado de atuação cívica e profissional, estará sempre na memória daqueles que tiveram a honra de compartilhar momentos, em sua brilhante caminhada.

Boa leitura!





05

MÁRCIA LOPES

Ministra das Mulheres

Entrevista especial à Comissão de Mulheres sobre o direito ao voto feminino, conquista histórica que volta a ser questionada, violência política e o Fórum Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais



13

ANA CLAUDIA CALOMENI

Nem um a menos

A Analista-Tributária nos presenteia com um artigo onde ela percorre a nossa linha do tempo para nos lembrar que nenhuma conquista foi dada, tudo foi luta, e tudo pode ser perdido se não abrirmos os olhos.

21

VÂNIA OLIVEIRA

O desafio feminino pela conquista do protagonismo na política

Integrante da Comissão de Mulheres aprofunda o debate. Ela fala da culpa que as mulheres carregam ao sair de casa para a vida pública, da necessidade de parceria real dentro das famílias e da importância da formação cidadã.

27

JANE PIMENTEL

Homenagem *in memoriam*

Analista-Tributária da DS Porto Alegre/RS, poetisa e declamadora, foi uma mulher que nunca se calou, mesmo nos anos de grande repressão, um exemplo para todas.



Comissão de Mulheres Entrevista

MÁRCIA LOPES

Ministra das
Mulheres



Natural de Londrina, Paraná, Márcia Lopes é assistente social com especialização na área de Criança e Adolescente e com Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Foi professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Londrina (UEL) por 30 anos. Márcia foi ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2010. Também foi secretária-executiva da pasta e secretária nacional de Assistência Social entre 2004 e 2007. Coordenou o Grupo de Trabalho “Fome Zero” com 13 ministérios por cinco anos.

Ao longo da vida profissional atuou intensamente em processos de formação em políticas para as mulheres e nas Conferências Estaduais e Municipais na área. Compõe a Coordenação da Frente Nacional em defesa do SUAS e da Seguridade Social e integra o Comitê Técnico da Assistência Social do Consórcio Nordeste. Coordena a Rede de Pobreza e Proteção Social dos países da América Latina e Caribe no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Retorna ao governo federal em maio de 2025 como Ministra das Mulheres do Brasil.





Comissão de Mulheres Márcia Lopes

1) Em uma sociedade democrática, qual a importância do voto?

O voto é uma das expressões mais fundamentais da cidadania e da democracia. É por meio dele que cada pessoa participa da definição dos rumos do país, escolhe seus representantes e manifesta que projeto de sociedade deseja construir. Mas uma democracia plena não se resume ao direito formal de votar: ela exige que todas as pessoas possam participar da vida política em condições de liberdade, segurança e igualdade.

Quando determinados grupos encontram barreiras para exercer seus direitos políticos, toda a democracia perde. Isso é particularmente importante quando falamos das mulheres. O Guia de Direitos diante da Violência Política contra Mulheres chama a atenção justamente para esse aspecto: a exclusão das mulheres compromete a qualidade da democracia, reduz sua diversidade e impede uma representação verdadeiramente plural da sociedade.

Por isso, defender o voto é também defender as condições para que todas e todos possam participar efetivamente da vida pública — votando, sendo votados, manifestando suas opiniões e ocupando os espaços de decisão.

2) Qual a importância do voto feminino e por que, no seu entendimento, a discussão da supressão dessa conquista voltou à cena política?

O voto feminino é uma conquista histórica que representa muito mais do que o direito de depositar um voto na urna. Ele significa o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, com direito de participar das decisões sobre os destinos do país. Questionar esse direito, ainda que retoricamente, significa questionar a própria condição das mulheres como cidadãs plenas.

Precisamos olhar com atenção para o fato de que esse tipo de discurso não aparece isoladamente. Ele se insere em um ambiente no qual ainda persistem tentativas de deslegitimar a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão. A violência política também se manifesta de maneira simbólica, por meio de comportamentos e discursos que reproduzem estereótipos de gênero, inferiorizam as mulheres ou desqualificam sua competência para participar da política.

Esses discursos também precisam ser compreendidos pelo efeito que produzem. A cultura do medo e do silenciamento desencoraja novas gerações de mulheres a expressarem suas opiniões, participarem da vida





Comissão de Mulheres Márcia Lopes

política e buscarem posições de liderança. A exclusão das mulheres, por sua vez, compromete a qualidade da democracia e sua capacidade de representar a pluralidade da sociedade.

Quando discursos que pareciam superados voltam a questionar conquistas tão básicas, nossa resposta precisa ser mais democracia e mais participação. O direito das mulheres ao voto não é uma concessão que possa ser relativizada: é uma conquista democrática e um direito político.



“ Quando discursos que pareciam superados voltam a questionar conquistas tão básicas, nossa resposta precisa ser mais democracia e mais participação.”

3) Na sua opinião, o que dificulta a participação das mulheres na política?

As mulheres ainda enfrentam barreiras estruturais para ingressar, permanecer e exercer plenamente a política. E não estamos falando apenas do momento eleitoral. Essas barreiras aparecem na distribuição desigual de recursos para candidaturas, na reprodução de estereótipos que colocam em dúvida a capacidade das mulheres para ocupar espaços de poder, no assédio, nas ameaças, na violência digital e em diferentes formas de violência política.

O Guia mostra, por exemplo, que a violência econômica pode ocorrer pela distribuição desigual de recursos eleitorais em prejuízo das candidaturas femininas e pelo uso indevido de recursos partidários destinados ao desenvolvimento da liderança política das mulheres. Também identifica a violência simbólica, que reproduz estereótipos e desqualifica a competência das mulheres para a política.

E a violência não atinge apenas aquela mulher que foi diretamente agredida. Ela produz um efeito coletivo. Mulheres abandonam carreiras políticas por medo e pela violência, enquanto outras podem ser desencorajadas a ingressar





Comissão de Mulheres Márcia Lopes

na vida pública. O resultado é a manutenção da sub-representação feminina, a redução da diversidade nos espaços políticos e a limitação da pluralidade de ideias e de soluções para as desigualdades sociais e econômicas.

Também precisamos considerar que essas barreiras não atingem todas as mulheres da mesma maneira. Mulheres negras, indígenas, periféricas, LGBTQIA+, com deficiência e pertencentes a comunidades tradicionais podem enfrentar simultaneamente outras formas de discriminação e violência. O próprio Guia identifica entre os grupos mais vulneráveis candidatas, ativistas, defensoras de direitos humanos, lideranças comunitárias, sindicalistas e lideranças de movimentos sociais.

E, quando falamos em participação política, não podemos restringir essa discussão às candidaturas e aos mandatos. A política também se faz nos sindicatos, nos movimentos sociais, nas organizações comunitárias e nos diferentes espaços de participação e controle social.

Por isso, ampliar a participação das mulheres exige mais do que incentivar candidaturas. Precisamos criar condições para que as mulheres participem das decisões, tenham acesso aos espaços de poder, exerçam sua liderança e possam permanecer nesses espaços sem serem silenciadas ou afastadas pela violência.



“Precisamos criar condições para que as mulheres participem das decisões, tenham acesso aos espaços de poder, exerçam sua liderança e possam permanecer nesses espaços sem serem silenciadas ou afastadas pela violência.”





Comissão de Mulheres Márcia Lopes

4) Qual a importância do Protocolo de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres assinado pelo Ministério das Mulheres?

O Protocolo de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres é importante porque transforma o compromisso de proteção à participação política das mulheres em fluxos concretos de atuação do Estado. Ele reúne o Ministério das Mulheres, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Procuradoria-Geral Eleitoral, o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Defensoria Pública da União para receber, encaminhar e acompanhar os casos de violência política contra as mulheres, buscando também a responsabilização dos autores.

Isso é fundamental porque não basta estimular as mulheres a participar da política se, ao ocupar esses espaços, elas são submetidas a ameaças, assédio, desqualificação, violência digital ou outras formas de intimidação. A violência política não afeta somente a mulher que é vítima: ela desestimula a participação feminina, contribui para a sub-representação das mulheres e reduz a diversidade e a pluralidade nos espaços de poder.

Um avanço importante do Protocolo é reconhecer que essa proteção não deve estar restrita às candidatas e mulheres com mandato. Ele considera expressamente a participação das mulheres no âmbito político e/ou público, incluindo mulheres mandatárias e não mandatárias, ativistas de movimentos sociais e lideranças de territórios e comunidades.

Outro aspecto central é colocar a vítima no centro do atendimento. O Protocolo estabelece os princípios da centralidade da vítima, da escuta qualificada, da proteção integral e da não revitimização. Prevê atendimento seguro e reservado, confidencialidade, proteção contra exposição indevida – inclusive no ambiente digital – e informação clara sobre as providências adotadas.



A violência política não afeta somente a mulher que é vítima: ela desestimula a participação feminina, contribui para a sub-representação das mulheres e reduz a diversidade e a pluralidade nos espaços de poder.





Comissão de Mulheres Márcia Lopes

E procuramos dar concretude a essa proteção. O Ligue 180 é estabelecido como canal institucional do Ministério das Mulheres para o acolhimento, registro e encaminhamento das denúncias, com fluxos específicos tanto para candidatas e mandatárias quanto para lideranças sociais e comunitárias.

O Protocolo também precisa ser compreendido dentro de uma agenda mais ampla do Ministério de ampliação da participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão. Temos apoiado ações de formação política, cidadã e de lideranças em diferentes regiões do país, envolvendo mulheres urbanas e rurais, indígenas, quilombolas, negras, lideranças comunitárias, integrantes de movimentos sociais e mulheres em situação de vulnerabilidade.

É uma agenda que busca atuar nas duas pontas: ampliar a participação das mulheres e garantir que, quando elas ocupem esses espaços, possam exercer sua voz e sua liderança sem serem silenciadas pela violência.



5) A Senhora Ministra gostaria de divulgar alguma ação ou programa do Ministério das Mulheres?

Gostaria de destacar uma frente que considero fundamental no trabalho do Ministério das Mulheres: a ampliação dos espaços de participação e diálogo direto com as mulheres na construção das políticas públicas.

Temos buscado fortalecer não apenas a presença das mulheres nos espaços formais de poder, mas também sua capacidade de organização, participação social e incidência sobre as decisões do Estado. O Ministério apoia ações de formação política, cidadã e de lideranças em diferentes regiões do país, com iniciativas dirigidas a mulheres urbanas e rurais, indígenas, quilombolas, negras, lideranças comunitárias e integrantes de movimentos e organizações sociais.

Há, por exemplo, projetos de formação política e de lideranças, mentoria, articulação política, cultura digital e participação social. Também apoiamos iniciativas de pesquisa sobre a participação das mulheres na política, sua evolução histórica, os fatores que ainda impedem sua ampliação e as políticas afirmativas capazes de enfrentar essas desigualdades.





Comissão de Mulheres Márcia Lopes

Outra frente que faço questão de destacar são os Fóruns do Ministério das Mulheres, espaços permanentes de diálogo com diferentes segmentos. Temos fóruns voltados às mulheres quilombolas; mulheres da pesca, aquicultura artesanal e marisqueiras; mulheres do campo, da floresta e das águas; trabalhadoras domésticas remuneradas; catadoras de materiais recicláveis; mulheres com deficiência; mulheres idosas; mulheres em situação ou trajetória de rua; além do Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para Mulheres e do Fórum de diálogo com o Sistema de Justiça sobre a Lei Maria da Penha.

E, falando especialmente a uma publicação da **Comissão de Mulheres do Sindireceita**, faço questão de destacar o Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica com as Centrais Sindicais. As organizações sindicais são espaços fundamentais de participação política e social das mulheres e parceiros importantes para avançarmos na autonomia econômica, na igualdade no mundo do trabalho e na ampliação da presença feminina nos espaços de decisão.

Essa perspectiva também aparece nas ações apoiadas pelo Ministério voltadas ao fortalecimento da organização social das mulheres, à participação da sociedade civil organizada e à ampliação da participação política e social das mulheres trabalhadoras.

Essa é uma concepção que orienta nosso trabalho: políticas para as mulheres precisam ser construídas com as mulheres, reconhecendo a diversidade de suas experiências, seus territórios, suas formas de organização e os espaços em que exercem sua liderança.



PACTO
Pelo Serviço Público

**ESCOLHA
QUEM APOIA
O SERVIDOR
PÚBLICO**

CANDIDATURAS PELO SERVIÇO PÚBLICO

PACTO 2026



Comissão de Mulheres

Artigo

NEM UM A MENOS

ANA CLAUDIA CALOMENI

ATRFB - RIO DE JANEIRO





Li recentemente que as mulheres têm preferido a solteirice a um relacionamento estável com homens. A opção, vista como uma ameaça por alguns setores da sociedade, revela a profunda insatisfação que temos encontrado nas nossas relações com eles, o que me lembra uma amiga de longa data e seu lamento: “eu queria ser gay porque as mulheres são muito mais interessantes e inteligentes do que os homens”. Brincadeiras à parte, estudos mostram que, a manter-se a tendência atual, 45% das mulheres optarão por ficar solteiras até 2030. Se a gente considerar a violência doméstica, a sobrecarga física e emocional, só para mencionar uns poucos mas importantes fatores, essa tendência não me espanta nem um pouco.

Sem pretender transformar este texto em uma crítica aos homens, até porque o patriarcado que os ergue a essa posição pretensamente superior é fruto de um sistema complexo, danoso e falido que tenta sobreviver a qualquer custo, a realidade é que as mulheres têm sim conseguido tomar lugares até pouco tempo majoritariamente masculinos. E digo tomar porque nenhuma conquista nossa é dada, nada do que alcançamos até agora foi presente. Ao contrário, tudo é resultado de muita luta e vigilância. E todas são muito recentes. A nossa conquista mais antiga é de 1827, quando nos foi permitido frequentar



Comissão de Mulheres

Nem um a menos

a escola para meninas, onde aprendíamos os segredos do corte, da costura e dos poderes alquímicos de uma panela quente. Seria cômico se não fosse trágico.

Mas é bacana pensar que, apesar de tentarem nos convencer de que devemos parar de desejar ocupar tanto espaço (*não à toa nos querem cada dia mais magras, mas isso é assunto para outro artigo*), a realidade é que estamos nos aprimorando em chegar aonde por muito tempo o patriarcado acreditou ser exclusivo dos homens. E agora me lembro do grito reverberado nas últimas passeatas de mulheres, tomado emprestado dos companheiros do MTST: pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com formiga, não atíça o formigueiro.

Para ninguém dizer que exagero, vamos às principais datas:

1827

Adquirimos o direito de frequentar escolas elementares de bordado e prendas domésticas

1879

Podemos fazer faculdade, desde que autorizadas pelos maridos



Comissão de Mulheres

Nem um a menos

1910

Leonilda Daltro funda o
Partido Republicano Feminino

1932

Podemos votar, desde que com
o aval do marido.
As viúvas ou solteiras,
só votavam se tivessem renda própria

1934

A Constituição Federal de 1934
consolida nosso direito a
votar e a sermos votadas

1962

Foi promulgado o
Estatuto da Mulher Casada
*(fico aqui a imaginar alguns artigos
para um Estatuto do Homem Casado...)*
e agora podemos trabalhar e
votar sem autorização do marido

1988

A Constituição Federal estabelece a
igualdade jurídica plena entre
homens e mulheres, conquistada pela
chamada Bancada do Baton

2006

É sancionada a Lei Maria da Penha
e o Estado finalmente reconhece
a violência doméstica
como um problema estrutural



Comissão de Mulheres

Nem um a menos

Pensar que a nossa conquista ao voto é mais jovem do que a mais idosa das mulheres vivas no Brasil é desconcertante. Não podemos ignorar que esse direito anda sob ameaça orquestrada por influenciadores de direita e líderes religiosos. As nossas lutas foram árduas e longas, as nossas conquistas muito suadas para aceitarmos caladas declarações de que votamos “estatisticamente muito mal, principalmente as mulheres solteiras (*nós de novo*), ou assistirmos impassíveis a manobras eleitorais que criam obstáculos burocráticos ao voto de mulheres casadas que adotaram o sobrenome do marido (EUA).

Testemunhamos o retrocesso de algumas conquistas durante o último governo de direita que tivemos, prova de que nenhum direito está garantido. Quem já leu o romance distópico *O Conto da Aia*, da escritora canadense Margaret Atwood, com adaptação disponível em várias plataformas de streaming, vai entender o que estou falando. Na nação Gilead (parte do território onde ficam os EUA), o lugar da mulher é onde o sistema quiser e a ela são reservados papéis predeterminados: esposas dos comandantes, tias, aias, martas e prostitutas, cada qual com a sua função. As esposas são como as atuais “esposas tradicionais”, com a diferença de que não optaram pelo confinamento à casa, foram forçadas a isso, mas



defendem o seu papel com unhas e dentes, até porque fazem parte da classe social alta. As tias são as disciplinadoras, garantem a “integridade” das “famílias de bem” e a submissão das aias, que são mulheres férteis, estupradas todo mês pelos comandantes após uma bizarra cerimônia de leitura do trecho da Bíblia que narra a história de Raquel, que, não podendo gerar filhos, oferece a Jacó a sua serva, Bila, que dará à luz o filho a ser entregue a Raquel. Além de ser estuprada, o filho que a aia gera é tomado pela esposa do comandante, que presencia a cerimônia do início ao fim. Ou seja, a humilhação é geral. As martas são responsáveis pelos trabalhos domésticos nas casas dos comandantes e esposas. Quem ler o romance ou assistir à série vai identificar muitos traços em comum entre as leis de Gilead e o discurso da extrema-direita atual.

Distopias à parte, a verdade é que se não abriremos os olhos, do nada podemos perder tudo. O mínimo que devemos fazer é eleger as pessoas certas. Eu costumo dizer que o meu melhor voto é em mulher, mas não em qualquer mulher. Já passamos por poucas e boas nas mãos de algumas delas. Atualmente, o Congresso Nacional é ocupado por 107 deputadas e senadoras, representando 18% do total das cadeiras. Índice que se repete na esfera estadual. Precisamos urgentemente aumentá-lo. Votar consciente, escolher



Comissão de Mulheres Nem um a menos

bem, votar em mulheres que nos representem e garantam a manutenção das nossas conquistas. Sabemos que alguns direitos exclusivos das mulheres já poderiam ter sido alcançados caso houvesse mais de nós no parlamento, como o direito ao aborto, por exemplo. Sem entrar no mérito da questão, até porque é de foro íntimo e individual, precisamos reconhecer que, com poucas e raríssimas exceções, os homens governam para os homens.

Não há dúvida de que os homens podem ser bons aliados, mas o seguro morreu de velho e, pelo sim, pelo não, melhor eleger as mulheres que lutam pelas mulheres. Como se diz por aí, combinando direitinho a gente enche o Congresso de parlamentares mulheres.



Ana Claudia Calomeni

A COMISSÃO DE MULHERES APOIA ESTA CAMPANHA



FRENTE

Servir Brasil

Em defesa do serviço
público de qualidade



VOTE

CONSCIENTE

ELEJA CANDIDATOS E CANDIDATAS
QUE **DEFENDAM O SERVIÇO PÚBLICO.**



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários



**VOTE
CONSCIENTE**

ELEJA CANDIDATOS E CANDIDATAS
QUE DEFENDAM O SERVIÇO PÚBLICO.



O DESAFIO FEMININO PELA CONQUISTA DO PROTAGONISMO NA POLÍTICA

VÂNIA MARIA DE OLIVEIRA E SILVA
Comissão de Mulheres do Sindireceita



Por que ainda é tão difícil para uma mulher ocupar o espaço de poder sem sentir que está deixando para trás aquilo que mais ama?

O desafio de ampliar a participação das mulheres no poder político vai muito além do aumento do número de eleitas. Trata-se de superar barreiras históricas, culturais, econômicas e institucionais que ainda limitam sua presença nos processos decisórios que definem os rumos da sociedade.

A democracia somente se realiza plenamente quando mulheres e homens têm condições efetivas de participar da vida pública e ocupar os espaços onde as decisões são tomadas. A ONU Mulheres estabelece, entre seus objetivos, a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão política, econômica e pública.

No Brasil, entretanto, a presença feminina na política ainda convive com uma realidade de sub-representação. Apesar dos avanços, persistem obstáculos institucionais, culturais e sociais à participação das mulheres.



O conflito entre a vida pública e a vida familiar

Historicamente, a mulher foi educada para assumir responsabilidade central pelo cuidado da casa, dos filhos e dos familiares. Essa construção social produz não apenas uma divisão desigual das tarefas, mas também um sentimento de culpa quando ela precisa se ausentar do lar para exercer uma atividade profissional, social ou política.

Na política, esse conflito pode ser ainda mais intenso. Campanhas eleitorais, reuniões, viagens, eventos e compromissos públicos exigem tempo e dedicação. Para uma mulher que sempre se sentiu responsável pelo bem-estar da família, aceitar uma missão política pode significar enfrentar uma pergunta dolorosa: “Será que estou deixando minha família de lado?”

Essa culpa precisa ser compreendida e enfrentada. Participar da política não significa amar menos a família. Muitas mulheres ingressam na vida pública justamente porque desejam construir uma sociedade melhor para seus filhos, suas famílias e as próximas gerações.

Nesse processo, o apoio do companheiro ou cônjuge pode ser decisivo. Quando ele respeita suas escolhas e compartilha efetivamente as responsabilidades familiares, cria condições para que ela exerça sua liderança com segurança e tranquilidade. Esse apoio não deve ser visto como concessão ou favor. É parceria.

Cuidar dos filhos, administrar a casa e acompanhar as necessidades da família não pode continuar sendo uma responsabilidade predominantemente feminina. Mais do que dizer “eu apoio você”, o companheiro deve transformar esse apoio em atitudes concretas: dividir tarefas, compreender períodos de ausência e reconhecer que a atuação política da mulher também pode contribuir para o futuro da própria família.



A conscientização das próprias mulheres

Muitas mulheres já exercem liderança sem perceber. Estão à frente de associações comunitárias, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, organizações e projetos; mobilizam pessoas, resolvem problemas e constroem soluções. Entretanto, muitas vezes não se reconhecem como lideranças políticas.

É preciso mudar essa percepção. Política não começa necessariamente em um gabinete, em uma Câmara Municipal ou em um palanque. Política começa quando alguém decide participar das decisões que afetam a vida coletiva. A mulher precisa compreender que sua voz tem valor e que sua experiência cotidiana pode contribuir para a formulação de políticas públicas. Essa conscientização deve começar cedo, por meio da educação para a cidadania, da formação política e do incentivo à participação em espaços comunitários e institucionais.

Cidadania Fiscal e formação cidadã

Nesse processo de formação para a cidadania, merece destaque a contribuição da Receita Federal do Brasil por meio do Programa Cidadania Fiscal. A Cidadania Fiscal tem como um de seus objetivos aproximar o Estado e a sociedade, promovendo a compreensão dos direitos e deveres relacionados à tributação, a participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária e a conscientização sobre a função socioeconômica dos tributos.

Compreender de onde vêm os recursos públicos, qual é a função dos tributos, como o Estado financia políticas públicas e qual é a responsabilidade do cidadão na fiscalização desses recursos é também compreender como funciona a própria democracia.



A Receita Federal vem ampliando essa atuação por meio de iniciativas educacionais. Em 2026, por exemplo, o órgão estruturou propostas para inserir a Cidadania Fiscal no currículo escolar, com materiais destinados à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, buscando fortalecer a formação cidadã e a compreensão da função socioeconômica dos tributos.

Essa formação é especialmente importante para as novas gerações de mulheres. Uma menina que aprende desde cedo que os recursos públicos pertencem à sociedade, que existem direitos e deveres e que o cidadão pode participar das decisões públicas está sendo preparada não apenas para votar, mas para acompanhar, questionar, fiscalizar e ocupar os espaços de decisão.

A Cidadania Fiscal, portanto, é uma importante ferramenta de educação para a cidadania e de fortalecimento da consciência democrática. Essa perspectiva também se estende ao ensino superior. A Receita Federal desenvolve iniciativas de extensão universitária em Cidadania Fiscal que buscam ampliar o conhecimento dos estudantes, desenvolver o senso de cidadania e aproximá-los de questões relacionadas à função socioeconômica dos tributos.

Não existe participação política qualificada sem conhecimento sobre o funcionamento do Estado e das políticas públicas. Quanto mais as mulheres compreenderem esses mecanismos, maior será sua capacidade de definir prioridades públicas e exercer o controle social.

O desafio de chegar e permanecer

Mesmo quando conseguem entrar na política, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para permanecer e avançar nos espaços de poder. A violência política de gênero é um desses obstáculos.



Ela pode assumir diferentes formas e produzir efeitos que desestimulam ou impedem a participação feminina. A Lei nº 14.192/2021 representou um avanço importante ao estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

Mas, não basta abrir a porta. É necessário garantir condições para que as mulheres possam permanecer nesses espaços, exercer seus mandatos e disputar posições de liderança sem serem submetidas à intimidação, à desqualificação ou à violência.

Protagonismo, e não apenas presença, a verdadeira transformação não ocorrerá simplesmente quando houver mais mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos ou cargos públicos. É preciso que elas estejam onde as decisões são tomadas. O protagonismo significa participar da elaboração de projetos, definir prioridades, influenciar orçamentos, disputar espaços de liderança, construir políticas públicas e ter autonomia para defender suas convicções.

A mulher não deve ser chamada apenas para preencher uma cota, conquistar votos ou participar de uma fotografia. Deve ser reconhecida como sujeito político, capaz de formular ideias, liderar processos e tomar decisões. A democracia se fortalece quando diferentes experiências e perspectivas participam da construção das políticas públicas.

Uma mudança que começa dentro de casa

A participação política da mulher não precisa representar uma ruptura com sua identidade familiar. Uma mulher pode ser mãe, esposa, companheira, filha, profissional e líder política. Ela não precisa escolher entre cuidar de quem ama e contribuir para



transformar a sociedade. A família precisa compreender que sua participação na vida pública não é abandono. É cidadania. E a própria mulher não deve carregar sozinha a culpa por buscar seus sonhos, exercer seus talentos e assumir responsabilidades públicas.

A família não perde uma mulher quando ela assume uma missão política. Pode ganhar uma representante capaz de transformar a realidade de muitas outras famílias. Aos companheiros e cônjuges cabe apoiar essa trajetória com respeito e responsabilidade compartilhada. Às mulheres cabe reconhecer sua força e ocupar os espaços historicamente negados.

O desafio não consiste apenas em eleger mais mulheres, mas em garantir que tenham voz, autonomia e poder de decisão. Porque uma democracia verdadeiramente forte não pode prescindir da participação plena das mulheres. O lugar da mulher na política não deve ser uma concessão. Deve ser uma conquista, uma escolha e uma expressão plena de cidadania.

Referências bibliográficas e institucionais

- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Cidadania Fiscal. Brasília: Receita Federal do Brasil.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Referencial da Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil – Ano 2025. Brasília: RFB, 2025.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Cidadania Fiscal no Currículo Escolar: Fundamentação e Diretrizes. Brasília: RFB, 2026.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Superação das barreiras à participação de mulheres na política: violência política de gênero e candidaturas fictícias. Brasília: TSE.
- BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.
- ONU MULHERES. Liderança e participação política. Brasília: ONU Mulheres.
- BRASIL. Receita Federal do Brasil. Programa de Extensão Universitária em Cidadania Fiscal. Brasília: RFB.



Comissão de Mulheres
Homenagem



◆◆◆ — 1940 – 2026 — ◆◆◆
in memoriam

JANETE
PINHEIRO

analista poeta

PAULO MACHADO RIBEIRO
Delegado Sindical de Porto Alegre



JANE

UM ACONTECIMENTO

Quando aquele menino de 15 anos viu a Jane logo pensou 'ela é um acontecimento'.

Passaram muitíssimos anos e ele só comprovou esta primeira impressão.

A Jane Pimentel tinha isto: ao primeiro olhar não conseguíamos dimensionar quão imensa, intensa, profunda ela era. E a cada dia ela mostrava uma face, um lado do seu jeito ativo, altivo, forte e adorável.

Seu lado cultural era admirável. Declamadora, poetisa, diretora de espetáculos, pensadora do seu tempo, descobridora de talentos entre os amigos, professora de como tirar todos do lugar comum e fazer se apresentar num palco.

Escreveu pelo menos 3 livros solo de poesias, além de mais um tanto em coletâneas com outros autores. Tinha uma escrita bem íntima, já que era absolutamente sensível com o dia a dia, com o seu coração, seus sentimentos e vivências, que sempre foram muito intensas.

Enquanto servidora, Jane, que começou nos anos 70, época de forte repressão, e, como tinha um pensamento avançado, era muito independente, com opiniões fortes, não foi perseguida, mas certamente foi muito controlada, com olhos a seguir seus passos.

Não deixou de opinar, se manifestar, e seguir com seu trabalho de conscientização. O que a ajudou a seguir firme no cumprimento do seu trabalho público diário.



Comissão de Mulheres Homenagem

Naquela época o Ministério da Fazenda montou bibliotecas em capitais do país, ficando a Jane como chefe em Porto Alegre. Ali ajudou dezenas de colegas a buscar informações sobre os livros específicos para seus estudos e projetos, fazendo com que a imensa maioria conquistasse novos cargos em concursos públicos, principalmente nos órgãos do MF, como Receita, PGFN, MPF e CGU.

A Jane, ativa a vida toda, também foi Delegada Sindical do Sindireceita em Porto Alegre por duas gestões, onde atuou com presteza para fazer a ponte constante dos filiados com os seus direitos, seus anseios e preocupações, sempre levando o seu senso de coletivo ao maior patamar.

Por quatro AGNs seguidas representou sua base como delegada, conquistando amizades fortes e duradouras com colegas de todos os Estados. Ainda agora, é a Secretária de Aposentados e Pensionistas da DS, que, com sua partida recente, ficará vago em sua homenagem.

Neste setembro de 2026, quando, pelo mês todo, cultuamos as Tradições Gaúchas, a Jane recebeu uma bela e merecidíssima homenagem de todos os sindicatos do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul, quando, em cerimônia, foi entregue à família um quadro com foto e palavras de agradecimento à Jane, pois ela foi responsável por décadas pelo Projeto Cultural, que é obrigatório para quem tem espaço e assento no Acampamento Farroupilha, destinado à nossa cultura.

Sim, nossa saudosa Jane ainda continua sendo 'um acontecimento'."

Paulo Machado Ribeiro
DS Porto Alegre



Comissão de Mulheres Homenagem

"RETAS

São infinitas

Nesta viagem

*Sou um ser alado pairando no
Agreste da paisagem*

Em frente, sempre em frente

Seja lá o que for

Morte ou vida

Um horizonte

Um precipício

Estarei sempre lá!"

Jane Pimentel



Jane Pimentel, Paulo Ribeiro e Rogério Lopes

MU



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| Comissão de Mulheres

LES

RE

mulheres@sindireceita.org.br

S